



Simulado Final
TCE TO

**Assistente de
Controle Externo
Pós-Edital**

Simulado Especial

Simulado Especial TCE TO – Assistente de Controle Externo – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE TO;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCE-TO-Assistente-01-10>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | |

PORTUGUÊS

Patrícia Manzato

Texto 01

O historiador Rubens Ricupero avalia que o aniversário da Independência seria a oportunidade perfeita para a sociedade brasileira fazer um balanço destes 200 anos e, a partir dele, corrigir os rumos para o futuro. Essa oportunidade, no entanto, está sendo perdida. Ele acrescenta: “O povo não é indiferente. Quem é indiferente à história nacional é o governo, que não sabe ou não quer mobilizá-la em favor de uma reflexão sobre o país.”

01. Esse parágrafo é formulado com uma forma de oração chamada reduzida (sublinhada); se substituíssemos essa oração por uma forma desenvolvida, a opção correta seria:

- a) por que se fizesse um balanço pela sociedade brasileira...;
- b) a qual se fizer um balanço pela sociedade brasileira...;
- c) se realizar um balanço...;
- d) a realizar um balanço pela sociedade brasileira...;
- e) para que a sociedade brasileira fizesse um balanço.

02. A palavra destacada abaixo que qualifica o termo anterior é:

- a) Rubens Ricupero estava lotado como diplomata em Washington quando os Estados Unidos celebraram os 200 anos da Independência, em 1976.
- b) Ele lembra que os eventos comemorativos, tanto os do governo quanto os da sociedade, se espalharam pelo país inteiro e puderam ser contados aos milhares.
- c) Neste momento, o Brasil está às vésperas do bicentenário da separação de Portugal.
- d) Mas Ricupero vê aqui um estado de ânimo bem diferente daquele dos americanos.;
- e) O que eu vejo é uma imensa apatia, como se este aniversário não tivesse relação conosco, não dissesse respeito à nação.

03. A oração sublinhada em “os brasileiros estão tomados pelo desalento, pela falta de esperança, e não encontram motivação para comemorar” está escrita na voz ativa; se transformássemos essa frase para a voz passiva, a forma verbal correta seria:

- a) se encontram;
- b) se encontra;
- c) fora encontrada;
- d) tinham sido encontrados;
- e) não é possível a transposição, em virtude do verbo ser transitivo direto.

04. Pela sua estruturação, o Texto 01 acima deve ser classificado como:

- a) narrativo-descritivo;
- b) expositivo-informativo;
- c) descritivo-didático;
- d) narrativo-dissertativo;
- e) dissertativo-argumentativo.

05. “O professor que *desrespeita a curiosidade do educando transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência.*”

A frase em que o pronome “que” exerce a mesma função do destacado na oração acima é:

- a) Nunca me esquecerei que no meio do caminho tinha uma pedra;
- b) Pra me contar as histórias que no tempo de eu menino Rosa vinha me contar;
- c) Que notícia maravilhosa você acaba de me dar!;
- d) Que importa um nome a esta hora do anoitecer em São Luís;
- e) Essa pintura tem um quê de Dali.

06. “O professor que desrespeita a curiosidade do educando transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência.”

Deduz-se do período acima que:

- a) o aluno não sabe seus limites dentro de sala de aula;
- b) o papel do professor vai além de educar;
- c) todo professor deve ser respeitado;
- d) professor não sabe utilizar a curiosidade do aluno;
- e) o que acontece dentro da sala de aula é responsabilidade do professor.

07. A troca de posição do adjetivo sublinhado provoca alteração de sentido na maioria dos casos, EXCETO EM:

- a) Carlos era um velho amigo / Carlos era um amigo velho;
- b) O profeta falso prendia a atenção da multidão / O falso profeta prendia a atenção da multidão;
- c) Conheci um alto oficial na festa / Conheci um oficial alto na festa;
- d) O caos promove medidas urgentes / O caos promove urgentes medidas;
- e) Cora foi uma grande mulher / Cora foi uma mulher grande.

Texto 02

O Judiciário só consegue combater fake news residualmente. Contamos mesmo é com as plataformas tecnológicas. Só elas podem, devem e estão adotando a limitação de robôs, de bots, de perfis falsos e de impulsionamentos ilegais.

08. Infere-se da fala de um dos Ministros do STF (Texto 02) que:

- a) não devemos usar redes sociais.
- b) *fake news* é um jargão da área jurídica.
- c) há divulgação de *fake news* sobre o Poder Judiciário.
- d) as redes sociais são tanto transmissoras quanto inibidoras de *fake news*.
- e) a transmissão de fake News depende da autorização do Poder Judiciário.

09. Pela situação da produção do Texto 02, o discurso representa:

- a) o duplo papel que as plataformas tecnológicas possuem quanto à fake news.
- b) uma discordância das atitudes do Judiciário e dos usuários das redes sociais.
- c) uma crítica aos profissionais do Judiciário.
- d) o perigo das plataformas quanto à fake news.
- e) a falta de acesso a informações atualizadas.

Texto 03

Tão rápidas e destrutivas quanto o próprio coronavírus, as notícias falsas (fake news) têm prestado um grande desserviço no enfrentamento à pandemia, enquanto, na contramão, as campanhas de comunicação sobre a covid-19 caminham a passos lentos. Essa discrepância foi destacada por senadores que debateram o assunto em reunião na Comissão Temporária da Covid-19 (CTCOVID), nesta segunda-feira (5).

Relator da comissão, o senador Wellington Fagundes (PL-MT) ressaltou que o assunto é de grande preocupação para todos:

— O esclarecimento da população é fundamental, principalmente nessa questão, que a cada dia tem informações desencontradas. Essas informações, corretas ou incorretas, podem salvar vidas ou contribuir para a doença e a morte.

O senador destacou que a infodemia, definida como excesso de informação, torna difícil encontrar fontes idôneas, o que colabora para a desinformação da sociedade. Ele lembrou que 132 países membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) ratificaram, à exceção do Brasil, uma declaração para o combate a essa propagação infodêmica.

Wellington enfatizou que há inclusive participação de agentes ou instituições públicas na divulgação de notícias falsas ou desencontradas, além de omissão na divulgação de informações necessárias para o combate à crise pandêmica.

Adaptado de

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/05/desinformacao-e-fake-news-sao-entrave-no-combate-a-pandemia-aponta-debate>>

10. No Texto 03, são ideias antagônicas:

- a) notícias falsas (fake news) e campanhas de comunicação sobre a covid-19;
- b) discrepância e CTCOVID;
- c) doença e morte;
- d) informações desconstruídas e morte;
- e) agentes ou instituições públicas e notícias falsas ou desconstruídas.

11. Assinale a frase que apresenta uma visão negativa do autor do texto:

- a) *Tão rápidas e destrutivas quanto o próprio coronavírus, as notícias falsas (fake news) têm prestado um grande desserviço no enfrentamento à pandemia.*
- b) *o assunto é de grande preocupação para todos.*
- c) Essas informações, corretas ou incorretas, podem salvar vidas ou contribuir para a doença e a morte.
- d) a infodemia, definida como excesso de informação, torna difícil encontrar fontes idôneas.
- e) 132 países membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) ratificaram, à exceção do Brasil, uma declaração.

12. Os Textos 02 e 03 se relacionam de forma:

- a) convergente, pois dão enfoque na mesma contradição.
- b) convergente, visto que abordam a mesma temática a partir de suportes distintos.
- c) convergente, porque permitem ao leitor uma tomada de consciência a partir de sua discussão.
- d) divergente, pois caminham para lados opostos em termos argumentativos.
- e) divergente, visto que não há como estabelecer semelhanças entre textos verbais e não verbais.

13. “Seja compreensivo e indulgente para todos, mas não o seja com você mesmo.”

Essa frase foi construída na terceira pessoa do singular, contudo, a original é em segunda pessoa do singular, é pouco usada no Brasil. Se alterássemos as formas sublinhadas para o original, as formas corretas seriam

- a) Sede / sejas / consigo.
- b) Sejas / seja / com você.
- c) Sê / sejas / contigo.
- d) Sê / sejas / consigo.
- e) Sede / seja / consigo.

14. Assinale a frase que apresenta uma incoerência.

- a) É forte o peso da própria consciência.
- b) É fundamento precípua da disciplina: analisar e estudar muito.
- c) Existem muitos poréns para com o conhecimento inútil.
- d) Se tudo é compreendido, por que não perdoado?
- e) Tive uma grande ideia hoje de manhã, mas não gostei dela.

15. Sócrates, filósofo grego dizia o seguinte: “Mas eis a hora de partir: eu para morte, vós para a vida. Quem de nós segue o melhor rumo ninguém o sabe, exceto os deuses.”.

A opção correta sobre a estrutura desse pensamento é:

- a) a morte sempre terá uma perspectiva negativa;
- b) “vida” e “morte” são empregadas como antônimos;
- c) vida e morte podem convergir ou divergir, a depender da perspectiva;
- d) a vida sempre terá uma perspectiva positiva;
- e) não se pode comparar vida e morte.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Emerson Bruno

16. De acordo com a Lei Orgânica do TCE/TO, NÃO constitui competência do Tribunal de Contas do Estado de Tocantins:

- a) avaliar a execução das metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual.
- b) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.
- c) encaminhar à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal, conforme o caso, para sustação, os contratos em que se tenha verificado ilegalidade.
- d) emitir parecer conclusivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, por solicitação de comissão técnica ou de inquérito da Assembléia Legislativa ou de Câmara Municipal.
- e) encaminhar à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal, conforme o caso, para sustação, os contratos em que se tenha verificado ilegalidade.

17. Conforme disposto na Lei Orgânica do TCE/TO, quando o responsável for julgado em débito, o Tribunal aplicar-lhe-á multa de até:

- a) cento e cinquenta por cento do valor atualizado do dano causado ao erário.
- b) cem por cento do valor atualizado do dano causado ao erário.
- c) cinquenta por cento do valor atualizado do dano causado ao erário.
- d) trinta por cento do valor atualizado do dano causado ao erário.
- e) duzentos por cento do valor atualizado do dano causado ao erário.

18. De acordo com o previsto na Lei Orgânica do TCE/TO, NÃO é admissível a interposição do seguinte recurso:

- a) pedido de reexame.
- b) agravo.
- c) recurso extraordinário.
- d) embargos de declaração.
- e) pedido de reconsideração

19. Conforme previsão da Lei 1.261/2001, as contas dos submetidos à fiscalização do Tribunal de Contas serão julgadas.

- a) regulares, regulares com ressalva ou irregulares.
- b) regulares, irregulares com ressalva ou irregulares.
- c) aprovadas, aprovadas com ressalva, ou reprovadas.
- d) aprovadas, regulares com ressalva ou reprovadas.
- e) positivas, positivas com ressalva ou negativas.

20. Conforme previsão do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins, o prazo para posse dos Servidores Públicos é de:

- a) quinze dias, admitida a prorrogação por igual período.
- b) trinta dias, admitida a prorrogação por igual período.
- c) vinte dias, admitida a prorrogação por igual período.
- d) trinta dias, inadmitida qualquer prorrogação.
- e) quinze dias, inadmitida qualquer prorrogação.

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO

Eduardo Mocelin

21. Considere a afirmação: "Se hoje é dia de maldade, amanhã não dormirei."

A negação dessa afirmação é:

- a) Hoje é dia de maldade e amanhã dormirei.
- b) Hoje não é dia de maldade e amanhã dormirei.
- c) Hoje não é dia de maldade ou amanhã dormirei.
- d) Se hoje não é dia de maldade, amanhã dormirei.
- e) Se hoje não é dia de maldade, amanhã não dormirei.

22. A negação lógica da proposição "Algum concurseiro é estudioso e é esforçado" é:

- a) Algum concurseiro não é estudioso nem esforçado.
- b) Existe um concurseiro que não é estudioso ou não é esforçado.
- c) Pelo menos um concurseiro não é estudioso ou esforçado.
- d) Todo concurseiro não é estudioso nem é esforçado.
- e) Todo concurseiro não é estudioso ou não é esforçado.

23. Considere as seguintes afirmativas a respeito de um cachorro chamado Ximango:

- Se Ximango não é churumino então é xolofômpila.
- Se Ximango é churumino então não é chinforímpila.

É correto concluir que

- a) se Ximango é chinforímpila então é xolofômpila.
- b) se Ximango é xolofômpila então é chinforímpila.
- c) se Ximango não é chinforímpila então é xolofômpila.
- d) se Ximango não é xolofômpila então é chinforímpila.
- e) se Ximango é chinforímpila então não é xolofômpila.

24. Sejam A e B matrizes quadradas de ordem 2, com $A = \begin{bmatrix} 3 & 1 \\ 2 & 2 \end{bmatrix}$. Sabendo-se que o determinante da matriz AB é 12, o determinante da matriz B é:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

25. Em uma seção do TCE-TO com dez assistentes, será formado um time de futsal composto por cinco pessoas. Sabendo-se que somente Arnaldo aceita jogar como goleiro, quantos times podem ser formados?

- a) 24
- b) 120
- c) 126
- d) 210
- e) 252

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

26. Joana é deputada federal e recebeu, em seu gabinete, um “dossiê” sobre supostas irregularidades em contrato administrativo firmado pela autarquia federal Alfa. Inconformada com os fatos, Joana resolveu solicitar ao TCU a realização de auditoria. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) o Tribunal será obrigado a realizar a auditoria, uma vez que, como parlamentar, Joana goza da prerrogativa de solicitar a realização de fiscalizações.
- b) Joana não goza de legitimidade para solicitar a realização de auditorias e inspeções, mas isso não impede que ela formule denúncia perante o Tribunal.
- c) o pedido de Joana deveria ser encaminhado, inicialmente, para o Plenário da Câmara dos Deputados, uma vez que somente os plenários da Câmara e do Senado possuem a prerrogativa de solicitar ao TCU a realização de fiscalizações.
- d) o TCU somente realiza auditorias e inspeções de ofício, uma vez que não se subordina ao Congresso Nacional.
- e) ainda que o pedido seja assinado pelo presidente de comissão técnica ou de inquérito, o Tribunal deverá decidir discricionariamente se o pleito será atendido, conforme a disponibilidade em seu plano de fiscalizações.

27. A Comissão Mista Permanente de Deputados e Senadores, prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, recebeu denúncia sobre a realização de despesas supostamente não autorizadas na lei orçamentária anual. Após solicitar pronunciamento da autoridade responsável, a Comissão não ficou satisfeita, situação em que pediu pronunciamento do TCU sobre a matéria.

Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) Por se tratar de controle político, não compete ao TCU pronunciar-se sobre o tema.
- b) Cabe ao TCU solicitar pronunciamento da Comissão Mista Permanente, caso em que o Tribunal poderá propor diretamente que o Congresso Nacional promova a sustação da despesa, uma vez que se trata de contrato administrativo.
- c) Caso o TCU entenda que a despesa é irregular, a Comissão Mista Permanente poderá realizar a sua sustação, desde que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública.
- d) O TCU deverá emitir pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.
- e) Entendendo irregular a despesa, o TCU determinará a sua sustação, comunicando o fato à Comissão Mista Permanente.

28. Joana, servidora ocupante de cargo público efetivo na Administração Pública do Estado do Tocantins, realizou, em junho de 2021, o pedido de sua aposentadoria junto ao seu órgão de lotação. O pedido foi deferido em julho de 2021. Em outubro do mesmo ano, a documentação foi encaminhada e recebida no Tribunal de Contas do Estado. Contudo, em agosto de 2026 o registro da aposentadoria foi negado, sem concessão de direito de defesa.

Considerando essa situação hipotética, marque a opção correta considerando a jurisprudência do STF sobre o tema.

- a) Por se tratar de ato administrativo composto, a concessão de aposentadoria de servidora ocupante de cargo público de provimento efetivo independe de registro no Tribunal de Contas do Estado.
- b) Em agosto de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro, uma vez que o prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria conta somente a partir da chegada do processo na Corte de Contas.
- c) Em julho de 2026, houve o registro tácito da aposentadoria, em razão do decurso do prazo de cinco anos desde o deferimento do pedido junto ao órgão de lotação, motivo pelo qual o TCE não teria mais como negar o registro após este prazo.
- d) O Tribunal de Contas do Estado ainda poderia negar a concessão do registro da aposentadoria, mas deveria ter concedido o direito de defesa à Joana.
- e) A partir de outubro de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro da concessão inicial de aposentadoria, mas seria obrigado a conceder, a partir desse prazo, o direito de defesa para Joana.

29. A Constituição Federal dispõe que compete ao Tribunal de Contas julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos da administração direta e indireta, assim como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

Sobre o julgamento das contas, é correto afirmar, à luz da Lei Orgânica e do Regimento Interno do TCE-TO, que:

- a) a decisão do Relator ou do Tribunal que sobrestar o julgamento é considerada preliminar.
- b) por meio de decisão definitiva, o Tribunal julga as contas regulares, regulares com ressalvas ou irregulares, ou determina o trancamento, se consideradas ilíquidas.
- c) após decisão terminativa, o Tribunal poderá, a qualquer tempo, à vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar o desarquivamento do processo e determinar que se ultime a respectiva prestação ou tomada de contas.
- d) o julgamento de contas irregulares somente poderá ocorrer se houver débito.
- e) quando julgar as contas regulares o Tribunal de Contas dará quitação ao responsável e lhe determinará, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas.

30. De acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021), as contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social.

Além disso, sobre o papel dos Tribunais de Contas no controle das contratações públicas, nos termos da Lei 14.133/2021, pode-se afirmar que:

- a) as linhas de defesa são formadas pelos agentes públicos e órgãos da administração promotora da licitação, como os agentes de licitação, órgãos de assessoramento jurídico e sistema de controle interno, mas não pelo Tribunal de Contas, uma vez que este é órgão do sistema de controle externo.
- b) ao suspender cautelarmente o processo de licitação, o Tribunal de Contas, após o decurso do prazo legal, deverá pronunciar-se sobre o modo como será garantido o atendimento do interesse público obstado pela suspensão da licitação, no caso de objetos essenciais ou de contratação por emergência.
- c) a Nova Lei de Licitações veda que o Tribunal de Contas da União emita medidas cautelares sem a prévia oitiva da autoridade competente, buscando evitar que o interesse público seja obstado pela suspensão da licitação.
- d) A decisão que examinar o mérito da medida cautelar que suspender processo de licitação deverá definir as medidas necessárias e adequadas, em face das alternativas possíveis, para o saneamento do processo licitatório, mas não poderá determinar a sua anulação.
- e) A Nova Lei de Licitações expressamente faculta ao gestor público descumprir a medida cautelar do Tribunal de Contas, de forma fundamentada, como meio para assegurar o cumprimento do interesse público.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

- 31.** Após uma revolução que culminou com a derrubada do regime anterior, o grupo político dominante do País Alfa resolveu solicitar que uma comissão de notáveis elaborasse um projeto de Constituição, submetendo-o, ato contínuo, a referendo popular. A Constituição assim elaborada buscou conciliar inúmeras correntes políticas aparentemente opostas entre si e direcionar as políticas públicas a serem adotadas para a implementação dos direitos sociais, além de ter exigido um procedimento qualificado para a reforma de parte de seus comandos, considerados materialmente constitucionais, enquanto a outra parte poderia ser alterada com observância do mesmo procedimento afeto à lei ordinária. Por fim, observa-se que essa Constituição era demasiado extensa. A Constituição assim descrita é classificada como
- a) bonapartista, compromissória, de garantia, rígida e sintética.
 - b) cesarista, compromissória, dirigente, semirrígida e analítica.
 - c) bonapartista, ortodoxa, dirigente, semirrígida e analítica.
 - d) cesarista, pragmática, dirigente, semirrígida e sintética.
 - e) outorgada, eclética, de garantia, flexível e analítica.

- 32.** Por entender que o voto é um direito, e não um dever, um terço dos membros da Câmara dos Deputados articula proposição de emenda à Constituição de 1988, no sentido de tornar facultativo a todos os cidadãos o voto nas eleições a serem realizadas no país.

Sabendo que a proposta causará grande controvérsia, o grupo de parlamentares resolveu consultar sua assessoria jurídica sobre a matéria que lhe informou corretamente que:

- a) Não é possível sua supressão por meio de Emenda Constitucional, porque o voto obrigatório é considerado cláusula pétrea da Constituição da República, de 1988.
- b) Não há óbice para que venha a ser objeto de alteração por via de Emenda Constitucional, embora o voto obrigatório tenha estatuto constitucional.
- c) Para que a proposta de Emenda Constitucional seja analisada pelo Congresso Nacional, é necessária manifestação de um terço de ambas as Casas.
- d) A emenda, sendo aprovada pelo Congresso Nacional, somente será promulgada após a devida sanção presidencial.
- e) A emenda só seria possível se fosse de iniciativa do Presidente da República.

- 33.** Peter, estrangeiro, compareceu perante uma determinada repartição pública no Município Beta e verificou que determinado servidor estava agindo com abuso de poder em prejuízo da população que estava ali sendo atendida. Buscando uma solução administrativa, Peter:

- a) Poderá exercer o seu direito de petição, independentemente do pagamento de taxas.
- b) Poderá exercer o seu direito de petição, que depende do pagamento de taxas.
- c) Não poderá exercer o direito de petição, pois é estrangeiro.
- d) não poderá exercer o direito de petição, pois tal direito só pode ser exercido em defesa de interesses pessoais e não coletivos ou gerais.
- e) Poderá exercer o seu direito de petição, desde que representado por advogado.

34. Caio e Tício estavam discutindo a respeito de dois grandes direitos consagrados na Constituição Federal, o direito de reunião e o direito de associação, desse debate concluíram corretamente que:

- a) As associações só poderão ter suas atividades suspensas ou serem compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial, exigindo-se, nos dois casos, o trânsito em julgado.
- b) A criação de associações independe de autorização, sendo necessário seu registro em órgão competente, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- c) É possível o porte de armas em reuniões quando se tratar de manifestação de integrantes da área da segurança pública.
- d) O aviso prévio é requisito indispensável para o exercício do direito de reunião, a ausência do aviso implica na ilegalidade da manifestação.
- e) O direito de reunião pressupõe a união de pessoas em caráter temporário, enquanto a associação pressupõe a união de pessoas em caráter permanente, com interesses em comum.

35. José, brasileiro nato, e Wilson, brasileiro naturalizado, foram acusados e condenados pela prática de um crime ocorrido no Uruguai. Diante disso, o país solicitou a extradição de José e Wilson ao Brasil. Levando em consideração o caso hipotético, é correto afirmar que:

- a) José poderá ser extraditado caso seja crime de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou de crimes contra a humanidade.
- b) Apenas Wilson poderá ser extraditado, desde que seja por crime comum praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- c) José e Wilson poderão ser extraditados, desde que seja por crime de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- d) Apenas Wilson poderá ser extraditado, desde que se trate de crime comum praticado depois da naturalização.
- e) José e Wilson não poderão ser extraditados, qualquer que seja o crime praticado, pois ambos são brasileiros, sendo indiferente ser nato ou naturalizado.

36. Os servidores de determinado órgão do Poder Judiciário do Estado XX indignados com a não realização, pelo quinto ano consecutivo, da revisão geral anual, contrataram advogado para saber qual autoridade ou órgão deveria elaborar o projeto de lei e quais as consequências pela sua não elaboração. O advogado respondeu corretamente que a iniciativa é privativa do:

- a) governador do Estado, e a não apresentação do projeto gera direito subjetivo a indenização;
- b) Tribunal de Justiça, e a não apresentação do projeto gera direito subjetivo a indenização;
- c) governador do Estado, e a não apresentação do projeto não gera direito subjetivo a indenização, mas devem ser declinadas as razões pelas quais não propôs a revisão;
- d) Tribunal de Justiça, sendo que a apresentação do projeto é ato essencialmente discricionário, de natureza política, que não carece de fundamentação e é insuscetível de controle;
- e) governador do Estado, sendo que a apresentação do projeto é ato essencialmente discricionário, de natureza política, que não carece de fundamentação e é insuscetível de controle.

37. À luz do disposto na Constituição Federal, marque a alternativa correta acerca de finanças públicas.

- a) É permitido ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- b) O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada semestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- c) A Lei Orçamentária Anual é peça que contém a previsão de receitas e a fixação das despesas públicas para um exercício financeiro, além de dispor acerca de alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- d) O princípio da exclusividade impede que a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o plano plurianual contenham dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, excetuando-se a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.
- e) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

38. A defensoria pública do Gama concedeu aposentadoria a Joana, servidora do seu quadro permanente de serviços auxiliares. À luz da sistemática constitucional, o ato de aposentadoria de Joana:

- a) só começa a produzir efeitos com o pagamento dos respectivos proventos, após o registro no Tribunal de Contas;
- b) produz efeitos imediatos, não estando sujeito a qualquer medida a ser adotada no âmbito do Tribunal de Contas;
- c) deve ter sido objeto de verificação prévia pelo Tribunal de Contas, em momento anterior à sua concessão;
- d) produz efeitos imediatos, podendo apenas ser objeto de fiscalização futura pelo Tribunal de Contas;
- e) produz efeitos imediatos, mas está sujeito a registro pelo Tribunal de Contas.

39. O presidente da República, com o objetivo de conter o crescimento da despesa pública, consultou sua assessoria a respeito do procedimento a ser observado para se extinguir determinado quantitativo de cargos, bem como se poderia delegar essa competência. Foi corretamente informado ao chefe do Poder Executivo que os cargos:

- a) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- b) em obediência ao princípio da paridade das formas, somente podem ser extintos por lei.
- c) podem ser extintos por decreto e, em se tratando de cargos ocupados, os servidores serão postos em disponibilidade; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- d) ocupados só podem ser extintos na forma da lei; podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.
- e) podem ser extintos por decreto, desde que se encontrem vagos, não podendo tal competência ser delegada para ministros de Estado.

40. Maria e José, estudiosos do Direito Constitucional e odiadores do Direito Administrativo, travaram intenso debate a respeito das competências do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, ao final concluíram que de acordo com a CF/88 compete ao Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, originariamente:

- a) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.
- b) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- c) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
- d) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- e) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

41. Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.
- b) Em regra, a responsabilidade objetiva do Estado não se aplica aos atos dos juízes causadores de danos, a não ser nos casos expressamente declarados em lei.
- c) O Estado responde civilmente por danos decorrentes de omissão do dever de fiscalizar comércio de fogos de artifício, ainda que não tenha violado seu dever de agir na concessão da licença ou tenha empreendido fiscalização com as devidas cautelas legais.
- d) Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção, o Estado responderá pela morte do detento nos termos considerados na teoria da culpa administrativa.
- e) A Constituição Federal adota a teoria da responsabilidade objetiva do Estado na modalidade risco integral.

42. Considerando que, no bojo de um processo administrativo regido pela Lei federal 9.784/1999, determinado interessado tenha interposto recurso perante órgão incompetente. Nesta situação, é correto afirmar que o recurso:

- a) não será conhecido, devendo-se indicar ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
- b) será conhecido, caso veicule pretensão juridicamente válida, dado o princípio da instrumentalidade das formas.
- c) não será conhecido, devendo-se indicar ao recorrente a autoridade competente, não lhe sendo devolvido o prazo para recurso.
- d) não será conhecido, impedindo a Administração de rever de ofício o caso.
- e) não será conhecido, devendo a Administração encaminhar de ofício o recurso ao órgão competente.

43. No que se refere à Lei de Improbidade Administrativa, considerando a redação dada pela Lei 14.230/2021, é correto afirmar que:

- a) Para a caracterização dos atos de improbidade, a legislação exige apenas a existência da voluntariedade do agente.
- b) Atualmente admite-se conduta culposa para a constituição de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- c) A perda patrimonial decorrente da atividade econômica é elemento suficiente para se caracterizar ato de improbidade administrativa.
- d) É possível se valer da presunção de ocorrência de dano para condenação por ato de improbidade que causa lesão ao erário.
- e) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.

44. Marque a alternativa, à luz do texto constitucional, que menciona competência afeta ao Congresso Nacional:

- a) processar e julgar o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- b) exercer o controle externo com auxílio de um tribunal de contas, o qual consiste em órgão independente e autônomo.
- c) fiscalizar e controlar atos do Poder Executivo, à exceção daqueles relativos à administração indireta.
- d) anular atos vinculados do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- e) julgar as contas prestadas por todos os gestores públicos federais.

45. A respeito dos serviços públicos, é correto afirmar que:

- a) A concessão de serviço público consiste na delegação de sua prestação, mediante licitação exclusivamente na modalidade concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas.
- b) A permissão de serviço público representa um dos instrumentos da descentralização por serviços, em que opera-se a delegação da titularidade e de sua prestação, sempre mediante prévia licitação.
- c) A interrupção da prestação do serviço público devido ao inadimplemento do usuário caracteriza-se como descontinuidade do serviço.
- d) Concessão administrativa representa o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública é a usuária direta ou indireta, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- e) A contraprestação do parceiro público ao parceiro privado, em uma concessão especial, será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato, embora se admita o pagamento relativo a parcela fruível do serviço em questão.

46. Em relação à sanção de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública prevista na Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.
- b) impedirá o responsável de licitar ou contratar pelo prazo máximo de dois anos.
- c) admite reabilitação após o transcurso do prazo mínimo de 2 anos.
- d) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 anos.
- e) não poderá ser cumulada com outras sanções, em atenção à vedação ao bis in idem.

47. Quanto à contratação direta na nova lei de licitações, é INCORRETO afirmar que:

- a) exige-se instauração de processo administrativo capaz de justificar a contratação direta.
- b) pode ensejar a responsabilidade solidária do agente público por dano causado ao erário, no caso de contratação indevida ocorrida com erro grosseiro.
- c) as situações de licitação dispensada facultam ao gestor público a realização de contratação direta.
- d) é exemplificativo o rol de hipóteses de licitação inexigível do art. 74 da Lei 14.133/2021.
- e) é taxativo o rol de hipóteses de licitação dispensável do art. 75 da Lei 14.133/2021.

48. Suponha que determinada fazenda situada no Estado de Tocantins tenha sido fiscalizada por órgãos de proteção ambiental, os quais aplicaram sanções ao seu proprietário, em razão das graves irregularidades encontradas.

Pode-se afirmar que as sanções aplicadas foram decorrentes do poder:

- a) hierárquico.
- b) disciplinar.
- c) de polícia.
- d) regulamentar.
- e) poder moderador.

49. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

- a) a de três cargos de professor.
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico, observado o teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público.
- c) a de um cargo de profissional de saúde, com profissões regulamentadas, com outro técnico ou científico.
- d) a de dois cargos técnico ou científico.
- e) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico, observado o teto remuneratório em cada um dos vínculos formalizados.

50. Assinale a alternativa que apresenta, de acordo com a Lei 9.637/1998, característica da Organização Social:

- a) constituir-se ente privado revestido de finalidade lucrativa.
- b) pertencer à Administração Pública, em sua acepção subjetiva.
- c) qualificação que depende diretamente de ato de competência do Ministro da Justiça.
- d) exigência de comprovação de funcionamento há pelo menos três anos.
- e) participação de representante do poder público no Conselho de Administração.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

51. Acerca das Normas Brasileiras Técnicas do Setor Público (NBC TSP), assinale a assertiva correta:

- a) Estoques devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, quando são mantidos para distribuição gratuita ou por valor irrisório.
- b) Entre as demonstrações contábeis aplicáveis ao setor público, conforme disposto na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estão o balanço patrimonial e o balanço financeiro.
- c) Propriedade que é arrendada a outra entidade sob arrendamento mercantil financeiro é um exemplo de Propriedade para Investimento, nos termos da NBC TSP 06.
- d) Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável devem ser capitalizados como parte do custo desse ativo, conforme determina a NBC TSP 14 – Custos de Empréstimos.
- e) Caracterizam-se como evento subsequente, o evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data das demonstrações contábeis e a data na qual são publicadas essas demonstrações.

52. Para possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo com a adequada elaboração das DCASP, foi criado no PCASP um mecanismo para a segregação dos valores das transações a serem incluídas ou excluídas na consolidação: a utilização do 5.º nível (subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP para identificar os saldos recíprocos nas contas de natureza patrimonial.

Conforme esse mecanismo, as contas das operações que compreendem os saldos a serem excluídos dos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) de um mesmo ente devem ser identificadas pelo dígito

- a) 1 (consolidação)
- b) 2 (intra OFSS)
- c) 3 (inter OFSS – União)
- d) 4 (inter OFSS – Estado)
- e) 5 (inter OFSS – Município)

53. Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue os itens a seguir:

I – No balanço patrimonial, segundo a estrutura da Lei n. 4.320/64, estarão demonstrados os ativos financeiro e permanente, os passivos financeiro e permanente, o saldo patrimonial e as contas de compensação. Nesse sentido, caso o passivo real seja superior ao ativo real, há configuração de um saldo patrimonial denominado de passivo a descoberto.

II – A demonstração das variações patrimoniais evidências as variações patrimoniais qualitativas e quantitativas e permite que a entidade do setor público calcule o resultado patrimonial.

III – Tanto o balanço orçamentário como o balanço financeiro evidenciam as receitas e despesas orçamentárias executadas no exercício.

Está(ão) correto(s):

- a) III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas
- d) II, apenas.
- e) I, II e III.

54. Sobre a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, analise as assertivas a seguir:

I – uma característica-chave da entidade do setor público que reporta a informação, inclusive de grupo dessas entidades, é a existência de usuários de serviços ou provedores de recursos que são dependentes dos Relatórios Contábeis de Propósitos Gerais (RCPGs) para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

II – a verificabilidade da informação não é absoluta, por se tratar de que alguma informação pode ser mais ou menos passível de verificação do que a outra.

III – se a imposição de requisitos para a informação contábil pressupõe que estas devam ser eficientes e eficazes, é importante que seja exigido que os RCPGs sejam elaborados somente pelas entidades do setor público para as quais existam usuários.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) III, somente.
- d) I e II, somente.
- e) I, II e III.

55. Uma entidade do setor público possui dotação prevista em seu orçamento para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado. Nos termos da Lei n. 4.320/64, essa entidade deverá classificar a respectiva dotação como:

- a) Transferências Correntes
- b) Inversões Financeiras
- c) Investimentos
- d) Despesa de Custeio
- e) Transferências de Capital

56. Com base na Lei n. 4.320/64, assinale a opção correta acerca das demonstrações contábeis aplicada ao setor público:

- a) O superávit patrimonial evidenciado no balanço patrimonial é obtido pela diferença positiva entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.
- b) O resultado orçamentário é obtido pelo confronto entre as receitas previstas e as despesas empenhadas no âmbito do balanço orçamentário.
- c) O superávit financeiro apurado no balanço financeiro é obtido quando o total de ingressos supera o total dos dispêndios.
- d) O saldo patrimonial é obtido pelo confronto entre o ativo real e o passivo real no âmbito do balanço patrimonial.
- e) Os ativos e passivos são classificados no balanço patrimonial pelo grau decrescente de conversibilidade e exigibilidade, respectivamente.

57. O Município Audazes dos Pampas adquiriu material para consumo pela Secretaria de Educação. O Setor de Contabilidade deverá efetuar o seguinte registro contábil, no âmbito da natureza orçamentária, no momento do empenho da respectiva despesa:

- a)
Débito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível
Crédito – 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
- b)
Débito – 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
Crédito – 2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
- c)
Débito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível
Crédito – 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar
- d)
Débito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível
Crédito – 6.2.2.1.3.04.xx Crédito Empenhado Pago
- e)
Débito – 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar
Crédito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

58. Acerca das Demonstrações Consolidadas, conforme disposto na NBC TSP 17 – Demonstrações Consolidadas, está correto o que se afirma nas opções a seguir, EXCETO:

- a) A entidade deve incluir as receitas e as despesas da controlada nas demonstrações contábeis consolidadas desde a data em que adquire o controle até a data em que deixe de controlá-la.
- b) As demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas devem ser de mesma data.
- c) Demonstrações contábeis consolidadas combinam o valor contábil do investimento da controladora em cada controlada e a parcela do patrimônio líquido de cada controlada.
- d) A controladora deve apresentar as participações de não controladores no balanço patrimonial consolidado, dentro do patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora.
- e) A consolidação das contas, nacional e por esfera de governo, exigidas pela legislação brasileira, não se confunde com a consolidação das demonstrações contábeis de que trata a NBC TSP 17.

59. O Município Audazes dos Pampas apresentou as seguintes informações, extraídas da sua contabilidade (valores em R\$) referentes ao exercício financeiro de 20X1:

| | |
|---------------------------------------|---------------|
| Receita Orçamentária Prevista | 75.000.000,00 |
| Receita Orçamentária Executada | 60.000.000,00 |
| Despesa Orçamentária Realizada | 67.500.000,00 |
| Despesa Orçamentária Liquidada | 62.500.000,00 |
| Transferências Financeiras Recebidas | 4.500.000,00 |
| Pagamento de Restos a Pagar | 10.000.000,00 |
| Reconhecimento de depreciação | 2.000.000,00 |
| Restos a Pagar inscritos no exercício | 12.000.000,00 |

Com base nessas informações, o resultado orçamentário do exercício de 20X1 apresentado pelo município foi:

- a) Superavitário em R\$ 7.500.000,00
- b) Deficitário em R\$ 10.000.000,00
- c) Deficitário em R\$ 7.500.000,00
- d) Superavitário em R\$ 12.500.000,00
- e) Deficitário em R\$ 3.000.000,00

60. A respeito das Transações sem Contraprestação (NBC TSP 01) e Transações com Contraprestação (NBC TSP 02), analise as assertivas abaixo e assinale a opção correta.

- I - a maior parte das variações patrimoniais aumentativas (VPA) das entidades do setor público decorrem de transações com contraprestação.
- II - uma transação sem contraprestação com entrada de recursos para o governo, via de regra, gera variação patrimonial aumentativa (VPA) para o ente ou órgão receptor. Em contrapartida, a entrada de recursos provoca a contabilização de um ativo.
- III - o ativo obtido por meio de uma transação sem contraprestação deverá ser inicialmente mensurado pelo seu valor justo na data de aquisição.

Está(ão) correto(s):

- a) II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) nenhuma assertiva

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Gabriela Zavadinack

61. A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, importante instrumento de planejamento da gestão pública, incorporou novas funções a partir da publicação da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), dentre as quais pode-se apontar como correta:

- a) demonstrar o comparativo da dívida consolidada e mobiliária com os limites da LRF.
- b) estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública.
- c) estabelecer os limites percentuais máximos da despesa com pessoal, a serem observados por todos os entes federativos, com base na receita corrente líquida.
- d) conter o demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais.
- e) definir condições e exigências para transferências de recursos a entidades privadas.

62. As diretrizes norteadoras básicas que conferem racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público são estabelecidas pelos princípios orçamentários. Acerca do tema, aponte a alternativa correta.

- a) O princípio da especificação estabelece que a Lei Orçamentária Anual não poderá conter matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa.
- b) O princípio da totalidade estabelece que todas as receitas e despesas devem estar compreendidas na Lei Orçamentária Anual.
- c) O princípio da exclusividade prescreve que a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos adicionais e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita orçamentária, nos termos da lei.
- d) O princípio da não afetação da receita estabelece que o ente público poderá vincular imposto para realizar atividades de administração tributária.
- e) O princípio do orçamento bruto dispõe que a Lei Orçamentária Anual não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras, ressalvados a reserva de contingência e os programas especiais de trabalho.

63. A definição do princípio orçamentário segundo o qual é possível conhecer o exato volume global das despesas projetadas pelo governo, bem como garantir que todos os órgãos e unidades da administração pública estejam contemplados no orçamento corresponde ao:

- a) princípio da exclusividade.
- b) princípio da discriminação.
- c) princípio da totalidade.
- d) princípio da universalidade.
- e) princípio da especificação.

64. Conforme prescrito na Lei nº 4.320/64, os estágios da despesa pública incluem o empenho, a liquidação e o pagamento que são realizados pelo Poder Público a fim de concretizar suas atividades e satisfazer as necessidades públicas. Acerca do tema, é correto afirmar:

- a) Não é permitido o empenho global de despesas.
- b) Em casos especiais previstos na legislação específica, o pagamento da despesa poderá ser efetuado antes da regular liquidação.
- c) O empenho de uma despesa decorrente de contrato de aluguel será realizado por estimativa.
- d) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo devedor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- e) Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho da despesa.

65. Para ser realizada, a receita pública passa por etapas e sua classificação por natureza, utilizada por todos os entes da Federação, visa identificar e facilitar o conhecimento e a análise da origem dos recursos, segundo o fato gerador. Levando em consideração esse tipo de classificação, aponte a alternativa incorreta

- a) Valores mobiliários são espécies da origem Patrimonial.
- b) A atual codificação amplia o escopo de abrangência do conceito de origem e passa a explorá-lo na sequência lógico-temporal na qual ocorrem naturalmente atos e fatos orçamentários codependentes.
- c) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico são espécies da origem “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria”.
- d) Os Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria são espécies da origem “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria”.
- e) O resultado do Banco Central e a integralização de capital social são espécies da origem Outras Receitas de Capital.

66. A Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011) veio assegurar a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso e sua divulgação. Nesse sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei nº 101/00) previu alguns instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, EXCETO:

- a) Os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias.
- b) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária e a sua versão simplificada.
- c) As demonstrações financeiras e contábeis e os relatórios de controle interno.
- d) O Relatório da Gestão Fiscal e a sua versão simplificada.
- e) As prestações de contas e o respectivo parecer prévio.

67. Acerca dos mandamentos constitucionais relacionados aos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias, do orçamento anual e, ainda, dos créditos adicionais, é correto afirmar que:

- a) O Presidente da República poderá enviar projeto de lei ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos de PPA, LDO e LOA enquanto não iniciada a votação do projeto na Comissão Mista de Orçamento.
- b) O PPA é o instrumento de planejamento que dispõe sobre as diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos. Caso não seja aprovado pelo Congresso Nacional até o dia 22 de dezembro, o Congresso fica impedido de entrar em recesso.
- c) A lei orçamentária anual poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento, sem que isso afronte o princípio da anualidade.
- d) o projeto de LOA será acompanhado do demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, bem como do anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.
- e) O orçamento fiscal e o orçamento da seguridade social, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

68. Um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, é o orçamento, que representa o fluxo previsto de ingressos (receita) e de aplicações de recursos em determinado período (despesa). Acerca do impacto na situação patrimonial líquida, a receita pode ser “efetiva” ou “não-efetiva”. Um exemplo de receita não efetiva é

- a) aluguéis e arrendamentos.
- b) remuneração de depósitos bancários.
- c) amortização de empréstimos.
- d) transferência de capital.
- e) imposto sobre a propriedade territorial rural.

69. Ao efetuar o cálculo da despesa com pessoal do TCE-TO, a área de Orçamento e Finanças deduziu corretamente do cálculo a seguinte despesa:

- a) valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos.
- b) encargos sociais e contribuições patronais.
- c) vantagens variáveis e horas extras.
- d) decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração do cálculo da despesa com pessoal.
- e) adicionais e gratificações.

70. As despesas públicas que não precisam de autorização legislativa para serem realizadas são considerados dispêndios extraorçamentários e compreendem desembolsos realizados pela administração pública para quitar as obrigações decorrentes dos ingressos extraorçamentários. Pode ser considerada uma despesa extraorçamentária a(o):

- a) emissão de moeda.
- b) resgate de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).
- c) inscrição em restos a pagar.
- d) resgate de operações de crédito de longo prazo.
- e) fianças.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TCE-TO-Assistente-01-10>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>